

CONTROLE DE AUTORIDADES DE NOMES PESSOAIS: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO SIBI/UFSC

Raquel Bernadete Machado¹
Fabiana Hennies Brigidi²

Eixo Temático: Produtos e serviços de catalogação.

Resumo: A organização da informação em bibliotecas envolve diferentes atividades a fim de padronizar e uniformizar os registros bibliográficos. Entre elas, destaca-se a catalogação ou representação descritiva como parte do processo de tratamento da informação. Estes registros exigem uma padronização e controle das informações representadas que atendam aos princípios e normas internacionais de catalogação para possibilitar a recuperação pelos usuários. O controle dos nomes é indispensável nas atividades de catalogação. Este artigo enfatiza a necessidade do controle dos registros de autoridades, com ênfase para nomes de pessoas, relatando a experiência da Divisão de Desenvolvimento de Coleções e Tratamento da Informação (DECTI) do Sistema de Bibliotecas da UFSC (SiBi/UFSC). Devido às inconsistências encontradas no catálogo de autoridades, percebeu-se a necessidade de padronização desses registros. Descreve-se a metodologia elaborada e aplicada na instituição englobando as seguintes etapas: criação de um manual para o controle de autoridade; inserção/correção do registro de autoridade no formato MARC 21; pesquisa em fontes de informação e padronização dos elementos essenciais. Por meio de exemplos, mostra-se a importância do controle dos registros de autoridades para a catalogação e sua relevância na eficácia da recuperação da informação.

Palavras-chave: Catalogação. Controle de autoridades. Tratamento da informação. Representação descritiva.

Abstract: The organization of information at the libraries deals with different activities in order to create patterns for the bibliographic records. The activity of cataloging, or of making descriptive representation, is part of the process dealing with the information. These records need to be patterned, and need a control over the represented information that corresponds to the principles and norms of the international catalogue system to facilitate its use. The names control is a crucial step of cataloging. This article investigates the need to control the authorities records especially for the names of people, through the analysis of the experience of the Divisão de Desenvolvimento de Coleções e Tratamento da Informação (DECTI) of the Sistema de Bibliotecas da UFSC (SiBi/UFSC). We noticed the need to make patterns for these records due to the inconsistencies found in the catalog of authorities. The methodological stages elaborated and applied in the above-mentioned institution are the following: creation of a manual for the control of authority; insertion/correction of the authority record in the format MARC 21; research in informational sources and patterns of essential components. We use examples to show the significance of controlling the authorities records to be catalogued, and its effective result in recovering information.

¹ Contato: <raquel.machado@ufsc.br>. Universidade Federal de Santa Catarina.

² Contato: <fabiana.brigidi@ufsc.br>. Universidade Federal de Santa Catarina.

Keywords: Cataloging. Control of authorities. Dealing with information. Descriptive representation.

1 INTRODUÇÃO

A organização da informação em bibliotecas envolve diferentes atividades com o objetivo de disponibilizar os recursos bibliográficos aos usuários. Entre eles, destaca-se a catalogação. Como parte do processo de tratamento da informação, a catalogação consiste na representação descritiva de um item informacional, abrangendo suas principais características e tem por finalidade a elaboração de registros bibliográficos que possibilitam a recuperação da informação disponível. Estes registros exigem uma padronização das informações representadas que atendam aos princípios e normas internacionais de catalogação.

O presente texto aborda a temática da representação descritiva da informação enfocando o controle de autoridades e sua relevância para a qualidade da busca da informação.

A necessidade de padronizar a forma de representação da informação contida em um item informacional e possibilitar sua transmissão e retransmissão por meio legível, a olho nu ou por máquina, fortaleceu a necessidade do estabelecimento de esquemas e regras de descrição no que se refere à forma e ao conteúdo das manifestações informacionais. (SANTOS; CORRÊA, 2009, p. 16).

Assim, são imprescindíveis, no tratamento da informação, os padrões adotados na catalogação de forma que garanta a eficácia da recuperação dos itens informacionais. A busca e a recuperação da informação de forma precisa estão diretamente relacionadas aos pontos de acesso atribuídos aos registros bibliográficos.

A recuperação da informação em bibliotecas universitárias, especialmente no que se refere à produção científica das instituições de ensino superior, é de fundamental importância para a comunidade acadêmica. Percebe-se que, possivelmente, as teses e dissertações disponibilizadas em bibliotecas constituem-se um dos produtos informacionais mais requisitados. Portanto, o processamento deste tipo de item merece atenção especial. Pretende-se, neste estudo, abordar o controle das autoridades oriundas das pesquisas científicas produzidas na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Primeiramente, faz-se uma revisão da literatura técnica da área acerca da catalogação e dos critérios internacionais recomendados na elaboração de catálogos. Em seguida, apresenta-se o trabalho de controle de autoridades realizado pelo Sistema de Bibliotecas da UFSC (SiBi/UFSC). Descreve-se a metodologia aplicada nesse processo e os instrumentos utilizados. São apresentados exemplos práticos de registros de autoridades e, ao final, reflete-se sobre os aspectos preponderantes na catalogação e sua importância para a qualidade na recuperação dos itens informacionais.

2 CATALOGAÇÃO

Na área da biblioteconomia, o termo catalogação é frequentemente associado à representação descritiva de um item, constituindo-se a principal atividade de representação da informação que, de acordo com Mey (1987), abrange também a classificação e a indexação. Maimone, Silveira e Tálamo (2011), destacam, em sentido amplo, que a catalogação envolve todos os procedimentos para a representação de qualquer produto proveniente de análise documental. Mey e Silveira (2009) complementam ao dizer que a descrição bibliográfica, os pontos de acesso e os dados de localização são as atividades de catalogação que, interligadas, objetivam individualizar os recursos bibliográficos, reunindo-os por semelhanças, estabelecendo relações entre si e permitindo sua localização em determinado acervo. Entretanto, com o passar dos anos, o termo catalogação foi comumente atribuído apenas à descrição bibliográfica e aos pontos de acesso de título e de responsabilidade (MAIMONE; SILVEIRA; TÁLAMO, 2011).

A etapa que se refere à descrição bibliográfica é definida por Santos e Corrêa (2009, p. 14) como “a representação sintética e codificada das características de um recurso informacional de forma a garantir sua unicidade em um conjunto de recursos disponíveis em ambientes informacionais”. Maimone, Silveira e Tálamo (2011) complementam ao dizer que a descrição bibliográfica ou representação descritiva é responsável pela caracterização de um recurso bibliográfico, pois se refere à manifestação do item que deve seguir a norma internacional das ISBD's (*International Standard Bibliographic Description*), indicada na Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação (MEY; SILVEIRA, 2009). “Ela também

define e padroniza os pontos de acesso, responsáveis pela busca e recuperação da informação, assim como pela reunião de documentos semelhantes [...]” (MAIMONE; SILVEIRA; TÁLAMO, 2011, p. 28).

Os pontos de acesso escolhidos pelo catalogador constituem termos em destaque na catalogação para sua posterior recuperação. São elementos dos registros bibliográficos que garantem a confiabilidade, tanto dos registros como das autoridades e seus respectivos recursos bibliográficos associados, limitando os resultados a partir da busca (MEY; SILVEIRA, 2009) realizada através de filtros utilizados pelos próprios usuários.

O uso de formas consistentes em pontos de acesso foi consagrado pelos Princípios de Paris (1961), propiciando às bibliotecas a possibilidade de evitar informações inconsistentes para o usuário e facilitar o trabalho do catalogador. Os registros de autoridade passaram a conter notas sobre as fontes utilizadas para estabelecer a forma autorizada ou para explicar a identidade de determinada pessoa de forma a poder distingui-la de outras com nome semelhante. (ROCHA; SOUZA; OLIVEIRA, 2012).

Alguns pontos de acesso constam em catálogos próprios de responsabilidades, títulos e assuntos (MEY; SILVEIRA, 2009) constituindo-se vocabulários controlados. Maimone, Silveira e Tálamo (2011) salientam que a representação temática está diretamente relacionada à escolha dos pontos de acesso de assuntos, a fim de aproximar materiais com temas semelhantes e enfatizam que nesse contexto, criam-se as linguagens documentárias, instrumentos de controle vocabular, que permitem a interação entre documentos e usuários.

Os pontos de acesso são definidos conforme as regras e normas contidas nos instrumentos auxiliares, como os catálogos internos, por exemplo, aliados às necessidades e características de seus usuários (MEY; SILVEIRA, 2009). Os catálogos internos ou auxiliares (MEY, 1995) representam algumas das ferramentas utilizadas durante as atividades de catalogação.

Esses catálogos são indispensáveis no controle dos cabeçalhos, da coleção e dos catálogos externos, permitindo a continuidade e padronização do trabalho, mesmo que haja mudança dos responsáveis. Os catálogos internos abrangem: catálogo de identidade, catálogo de assuntos, catálogo de número de classificação, catálogo de séries e títulos uniformes, catálogo decisório, catálogo topográfico, catálogo oficial e catálogo de registro. (MEY, 1995, p. 97).

Esse trabalho enfatiza o controle de autoridades, portanto está diretamente relacionado ao catálogo de identidade, que segundo MEY (1995) denomina-se

erroneamente catálogo de autoridade e “[...] compreende os cabeçalhos autorizados para nomes de pessoas e de entidades coletivas [...]” (MEY, 1995, p. 97). O uso do catálogo de autoridade ou identidade contribui para o controle vocabular, garantindo a confiabilidade dos dados, reduzindo ambiguidades ou dúvidas quanto à informação, agrupando os recursos semelhantes. A padronização das informações representadas, conforme observam Santos e Corrêa (2009) minimizam as interpretações individuais e, ao mesmo tempo, garantem a unidade e universalidade do item informacional representado.

2.1 Tratamento das Autoridades

Percebe-se, atualmente, que há uma tendência nos estudos a respeito do tratamento das autoridades no que se refere ao controle e tratamento dos dados catalográficos de nomes pessoais, entidades, eventos e séries. Algumas instituições de diversos países da América estão preocupadas com a questão do controle de autoridades, como o México (SERRANO CRUZ, 2011), a República Dominicana (PIÑEIRO MOLINA; MARRERO SERA, 2011), Cuba (MACHADO LORENZO, 2011), Peru (ZAVALA BARRIOS; EGO-AGUIRRE LÓPEZ-ALBÚJAR, 2011), Argentina (MIRANDA et al, 2011) e tantos outros que foram apresentados no VII Encontro Internacional de Catalogadores, realizado na Argentina, em 2011.

O catálogo de autoridades pode ser considerado uma ferramenta facilitadora no processo da catalogação. No entanto, para que essa ferramenta se torne um instrumento confiável, é preciso realizar o tratamento dessas identidades através de um controle e padronização dos dados descritos sobre pessoas e entidades, por exemplo. Assumpção e Santos (2012), realizaram um estudo que mostra as dificuldades na apresentação de conceitos acerca do controle e do trabalho de autoridade comumente associados às atividades de controle de pontos de acesso. Os autores citam diversas definições internacionais a respeito desses termos. No texto, percebe-se que os teóricos divergem quando abordam o assunto, pois não apresentam definições consensuais.

Devido à inconsistência nessas definições, este trabalho optou pelo termo “controle de autoridade” reconhecido pelos profissionais da área da biblioteconomia. Conforme apontam Assumpção e Santos (2012, p. 6), “o controle de autoridade é

alcançado por meio de um conjunto de processos, os quais estão reunidos sob a denominação trabalho de autoridade”.

A consistência e a padronização, bem como a conveniência do usuário do catálogo, constituem-se princípios básicos para a construção de códigos de catalogação. De acordo com os Princípios Internacionais de Catalogação (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2009), “as descrições e a construção de pontos de acesso devem ser tão normalizadas quanto possível”. Isso possibilita uma maior confiabilidade, facilitando o compartilhamento de dados bibliográficos e de autoridade. Assim, a padronização no tratamento de autoridades torna-se um elemento essencial que mantém a uniformidade das informações contidas nos registros bibliográficos.

2.2 Controle de Autoridades do SiBi/UFSC

Atualmente, o SiBi/UFSC conta com uma Biblioteca Central (BC) e oito setoriais subdividas nos campi de Florianópolis, Araranguá, Curitibanos e Joinville, no Estado de Santa Catarina. Conta, atualmente, com um acervo de aproximadamente 175.000 títulos de livros e mais de 26.000 teses e dissertações, entre outros materiais. O tratamento técnico de todo o acervo das bibliotecas do sistema é realizado pela equipe que compõe o setor responsável pelo tratamento da informação denominado Divisão de Desenvolvimento de Coleções e Tratamento da Informação (DECTI). Os processos técnicos são realizados de forma centralizada na DECTI, localizada junto à BC, em Florianópolis. Para gerenciamento do acervo, o SiBi/UFSC conta, atualmente, com o software Pergamum, desenvolvido pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Esse sistema é um dos softwares mais utilizados em bibliotecas universitárias, pois abrange instituições de ensino superior públicas e privadas, das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul do Brasil, bem como outros segmentos. Tem como padrão para a descrição bibliográfica o formato MARC 21 para os registros bibliográficos (*Format for bibliographic data*) e de autoridades (*Format for authority data*).

Quanto ao formato MARC, Barbosa e Eduvirges (2010) apresentam as principais vantagens do MARC 21 que, entre outras, pode-se destacar: a garantia da integridade dos dados na migração de um sistema para outro; a possibilidade de catalogação cooperativa; usuários de bibliotecas podem ter acesso aos dados com a

finalidade de verificar a consistência dos mesmos e maior eficiência na recuperação e exibição da informação. Percebe-se, assim, que o MARC 21 atende aos Princípios Internacionais de Catalogação (2009), citados anteriormente.

Com a implantação do Pergamum, migrou-se dados do sistema antigo desenvolvido pela própria UFSC. Este processo gerou algumas incompatibilidades entre os registros, o que causou inconsistências, incorreções e duplicidades nos catálogos de autoridades, necessitando de uma revisão e padronização. Rocha, Souza e Oliveira (2012) apontaram em seu trabalho, os principais problemas na conversão e migração de dados bibliográficos e de autoridades. Possivelmente, as bibliotecas que passaram por esse processo também compartilham dos mesmos problemas, o que justifica a troca de informações entre as instituições, visando melhorias no trabalho.

A seguir, será descrita a metodologia utilizada para sanar as inconsistências encontradas no catálogo de autoridades do SiBi/UFSC. No presente trabalho, pretende-se mostrar, especificamente, como é realizado o trabalho de controle de autoridades de nomes pessoais. Como o volume de trabalho é bastante extenso, optou-se em um primeiro momento, elaborar a padronização somente dos nomes pessoais de autores. Contudo, a equipe pretende padronizar e controlar as demais autoridades posteriormente.

No SiBi/UFSC esse controle é feito pela DECTI por meio dos bibliotecários catalogadores, que, de forma centralizada, procuram padronizar os pontos de acesso do catálogo. Rocha, Souza e Oliveira (2012) salientam que a centralização do controle de registros de autoridade é proveniente de um trabalho cooperativo dos profissionais envolvidos, no qual existe uma maior probabilidade de se atingir a precisão, proporcionando consistência ao catálogo.

A metodologia descrita envolve as seguintes etapas do processo de controle de autoridades do SiBi/UFSC: criação de um manual para o controle de autoridade; inserção/correção do registro de autoridade no formato MARC; pesquisa em fontes de informação e padronização dos elementos essenciais.

2.2.1 Criação do manual para controle de autoridades

Atualmente, a DECTI conta com uma equipe de doze bibliotecários catalogadores responsáveis pela inserção dos registros bibliográficos e pelo controle

de autoridades para nomes pessoais. As atividades relativas à padronização das autoridades estavam sob responsabilidade de apenas uma bibliotecária que, conseqüentemente teve seu trabalho sobrecarregado, necessitando do auxílio do restante do grupo. Portanto, foi criado um manual com o passo a passo no sistema Pergamum de criação ou revisão dos registros de autoridades do catálogo. Nesse manual foram elencadas as etapas da criação de um registro de autoridade e a forma padrão adotada pelo SiBi/UFSC para revisão dos dados já existentes. Procurou-se estipular os elementos essenciais de acordo com a necessidade do sistema de bibliotecas.

Além disso, a equipe está em constante discussão a respeito do tema, debatendo, frequentemente, questões relativas aos registros de autoridades a fim de adequar o manual à realidade do SiBi/UFSC. Dessa forma, essas atividades configuram-se um trabalho colaborativo em constante atualização.

2.2.2 Inserção do registro de autoridade

A inserção de um novo registro de autoridade, em geral, é realizada no momento da catalogação no sistema Pergamum. Após consultar a base e verificar que a autoridade não existe, esse procedimento é realizado. A forma padronizada do registro de autor segue as determinações do manual que recomenda a inclusão de remissivas *VER*, atribuição do título da obra catalogada ou outra de sua autoria, dados de sua formação e atuação profissional, entre outros. Conforme citado anteriormente, ressalta-se a utilização do Formato MARC 21 para os registros de autoridades, no qual são utilizados, entre outros, os seguintes campos:

- a) 040: fonte da catalogação;
- b) 100: nome pessoal;
- c) 400: remissiva *VER*, se houver;
- d) 670: fonte positiva de pesquisa ou;
- e) 675: fonte negativa de pesquisa.

Contudo, cabe ao catalogador definir os campos apropriados para a autoridade que está sendo trabalhada a fim de tornar o registro consistente e confiável, eximindo-o de possíveis dúvidas ou ambigüidades. Ou seja, determinados registros de autoridades necessitam de uma exaustividade maior quanto ao número

de remissivas, por exemplo. Nesse caso, são elaboradas quantas se fizerem necessárias a fim de tornar o registro o mais completo possível.

2.2.3 Pesquisa em fontes de informação

As principais fontes de pesquisa para a inclusão e padronização dos registros de autoridades foram determinadas pela equipe e estão descritas no manual. Possivelmente, a maioria dos profissionais catalogadores de outras instituições faz uso destas, o que justifica a escolha do SiBi/UFSC, além de serem fontes de informação com credibilidade e visibilidade entre a comunidade bibliotecária.

Durante a criação ou revisão do registro, consultam-se os catálogos de autoridades da Rede Bibliodata, da Biblioteca Nacional do Brasil (BN) e da Library of Congress (LC). Consultam-se também dados pessoais nos currículos de pesquisadores na Plataforma Lattes do Centro Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Destaca-se esta última como fonte principal para o tratamento de autores das teses e dissertações produzidas na universidade. Adotou-se uma forma padronizada para uniformizar as entradas, conforme se segue.

2.2.4 Padronização dos elementos essenciais

Por meio de exemplos, procurou-se mostrar os elementos essenciais utilizados na padronização dos autores pessoais, conforme política interna adotada pelo SiBi/UFSC. Seguindo as orientações do Capítulo 22 (Cabeçalhos para pessoas) do Código de Catalogação Anglo Americano, a escolha do nome se dá geralmente pela forma mais conhecida. Essa forma pode ser seu nome verdadeiro, um pseudônimo, um título de nobreza, ou qualquer outro apelativo (CÓDIGO..., 2005). Além disso, a forma padronizada segue o idioma do autor a ser tratado. Por exemplo, autores provenientes de países cujo idioma é o português tem sua entrada pelo sobrenome. Já aqueles cuja língua nativa é o espanhol, a entrada se dá de duas formas: pelo prefixo do nome, se este consistir em somente um artigo, ou pela parte que segue o prefixo para os demais casos (CÓDIGO..., 2005). Essa é uma das regras básicas no tratamento das autoridades (Quadro 1).

040	\$a BR-FIUSC \$c BR-FIUSC
100 1	\$a Cascaes, Franklin, \$d 1908-1983
400 1	\$a Cascaes, Franklin Joaquim
670	\$a Autor de: Vida e arte e a colonização açoriana, 1981.
670	\$a CA-BN

Quadro 1 - Entrada padrão para nomes pessoais.
 Fonte: Universidade Federal de Santa Catarina (2013).

Nesse exemplo o autor é brasileiro, portanto, relacionado à língua portuguesa, com entrada pelo sobrenome, inserindo o complemento do prenome, ou seja, “Joaquim” na remissiva *VER* descrita no campo 400.

Conforme explicitado anteriormente, outra questão levada em consideração é a entrada pela forma mais conhecida do nome. No exemplo abaixo o autor tem seu sobrenome como termo autorizado, valendo-se de remissivas para complementar o seu registro (Quadro 2).

040	\$a BR-FIUSC \$c BR-FIUSC
100 1	\$a Ziraldo, \$d 1932-
400 1	\$a Pinto, Ziraldo Alves
400 1	\$a Alves Pinto, Ziraldo
400 1	\$a Ziraldo, Alves Pinto
670	\$a Autor de: Jeremias, o Bom. 1969.
670	\$a CA-BN

Quadro 2 - Entrada pela forma conhecida do nome.
 Fonte: Universidade Federal de Santa Catarina (2013).

Ziraldo é a forma mais conhecida do autor. Nesse caso, seu nome completo deve ser informado apenas nas remissivas. Ressalta-se também a importância do controle das autoridades nos casos de homônimos, conforme os casos 1 e 2, a seguir. Particularmente, em instituições de ensino de grande porte, como a UFSC, é imprescindível que o catalogador atribua de forma precisa à obra que está catalogando ao autor/pesquisador, a fim de identificá-lo corretamente, bem como sua área de pesquisa. Nos casos a seguir, coincidentemente, dois professores usam exatamente o mesmo nome e atuam na mesma universidade. A diferença, como pode ser percebida nos registros (Quadros 3 e 4), está em seus currículos, podendo-se verificar que, no primeiro caso, trata-se de um docente da área de Ciências Exatas e no segundo, o autor é mestre em Literatura. Portanto, bastante distintos.

CASO 1 : Professor da UFSC que atua na área de Matemática e Computação Científica	
---	--

040	\$a BR-FIUSC \$c BR-FIUSC
100 1	\$a Buss, Alcides \$g CPF: 030.253.139-43, email: alcidesbuss@yahoo.com.br
670	\$a Autor de: A C* -álgebra de um grupo (dissertação), 2003. \$b Possui

graduação em Matemática e Computação Científica pela Universidade Federal de Santa Catarina (2000), mestrado em Matemática e Computação Científica pela Universidade Federal de Santa Catarina (2003) e doutorado em Matemática - Westfälischen Wilhelms-Universität Münster, Alemanha (2007). Tem experiência na área de Matemática, com ênfase em Análise Funcional, atuando principalmente nos seguintes temas: Álgebras de ponto fixo generalizadas, grupos quânticos, decomposições espectrais/ Estruturas de Fibrados de Fell para C*-álgebras, (co)representações/(co)ações quadrado-integráveis. Semigrupos inversos e Grupóides Etále. (Texto informado pelo autor).

670 \$a Lattes
 678 \$u <http://lattes.cnpq.br/0652935816170371>

Quadro 3 - Exemplo de autores homônimos (Caso 1).
 Fonte: Universidade Federal de Santa Catarina (2013).

CASO 2 : Professor da UFSC que atua na área de Literatura	
040	\$a BR-FIUSC \$c BR-FIUSC
100	\$a Buss, Alcides, \$d 1948-
670	\$a Autor de: Cobra Norato e a especificidade da linguagem poética (dissertação), 1976. \$b Possui mestrado em Literatura pela Universidade Federal de Santa Catarina(1976). Atualmente é Professor Adjunto da Universidade Federal de Santa Catarina. (Texto gerado automaticamente pela aplicação CVLattes).
670	\$a Lattes
670	\$a CA-LC
670	\$a CA-BN
678	\$u http://lattes.cnpq.br/9750124112941875

Quadro 4 - Exemplo de autores homônimos (Caso 2).
 Fonte: Universidade Federal de Santa Catarina (2013).

Assim, os dados informados no registro da autoridade esclarecem corretamente a qual deve ser atribuída determinada obra. Em outras situações, surgem dúvidas quanto à autoria da obra, pois em alguns casos, um mesmo autor tem publicações em diferentes áreas, muitas vezes sem qualquer relação. Como no caso a seguir, que descreve o registro de um policial militar, com graduação em Segurança Pública, especialista em Educação Física com mestrado em Engenharia Civil (Quadro 5). Percebe-se que a multidisciplinaridade do autor.

040 \$a BR-FIUSC \$c BR-FIUSC
 100 1 \$a Silveira, Miguel Ângelo
 670 \$a Autor de: Vistoria preventiva residencial (VPR): construção do serviço de prevenção criminal através da avaliação da vulnerabilidade do ambiente construído (dissertação). 2012. \$b Graduação Bacharelado em Segurança Pública - Universidade do Vale do Itajaí - 2002; Graduação Curso de Formação de Oficiais - Polícia Militar de Santa Catarina - 2002; Especialista em Educação Física - 2006; Mestrado em Engenharia Civil / UFSC - 2012; Atualmente é Capitão da Polícia Militar de Santa Catarina; Chefe da Seção de Planejamento Operacional e Instrução. Tem experiência na área de Direito, Segurança Pública e Segurança Privada; Instrutor do Centro de Ensino da Polícia Militar - CEPM; Professor da Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP; Atuando principalmente nos seguintes temas: Urbanismo, Arquitetura e Segurança Pública, Segurança Privada, Defesa Pessoal Policial, Gestão Urbana, Segurança Habitacional, Ambiente Construído e Desenho Urbano; (Texto informado pelo autor).

670	\$a Lattes
678	\$u http://lattes.cnpq.br/6146290080166038

Quadro 5 - Autor com publicações de áreas distintas.
 Fonte: Universidade Federal de Santa Catarina (2013).

Em casos como esse, quanto mais informações disponíveis sobre esta pessoa, mais precisa torna-se a descrição dos registros. A autoridade seguinte (Quadro 6) publicou diferentes trabalhos e, em alguns casos, com nomes diversos, o que causa confusão no momento de atribuí-la a um registro bibliográfico. Pode-se verificar que foram feitas diversas remissivas para que ao catalogar, o bibliotecário tenha certeza de atribuir corretamente o registro de autoridade à obra.

040	\$a BR-FIUSC \$c BR-FIUSC
100 1	\$a Tramonte, Cristiana, \$d 1956- \$g CPF 873.020.988-91 ; e-mail tramonte@ced.ufsc.br
400 1	\$a Tramonte, Cristiana de Azevedo
400 1	\$a Tramonte, Cristina
400 1	\$a Souza, Cristiana Tramonte Vieira de
670	\$a Autora de: Com a bandeira e Oxalá : trajetória, práticas e concepções das religiões afro-brasileiras na Grande Florianópolis (tese). 2001. \$b Atualmente é Professora Associada da Universidade Federal de Santa Catarina na área de Educação, com ênfase em Educação Intercultural e Diversidade, atuando principalmente nos seguintes eixos temáticos: educação intercultural e diversidade, cultura afro-brasileira, religiosidade afro-brasileira, educação inclusiva, educação ambiental e metodologia de ensino em línguas estrangeiras. Titulação acadêmica: Possui graduação em Licenciatura Plena e Português e Italiano pela Universidade de São Paulo (1980), graduação em Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (1986), especialização em Educação Popular (UNISINOS), Educação e Movimentos Sociais e Educação- Metodologia de Ensino (UFSC); mestrado em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (1995) e doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (2001). Integra o GT História: Religiosidade e Cultura. (Texto informado pelo autor).
670	\$a CA-LC
670	\$a Lattes \$b Tramonte, Cristiana
670	\$a CA-BN \$b Tramonte, Cristina
678	\$u http://lattes.cnpq.br/2877303937980789

Quadro 6 - Autora com nomes diferentes presentes em suas publicações.
 Fonte: Universidade Federal de Santa Catarina (2013).

Nesse caso (Quadro 6), optou-se pela forma padronizada do nome constante no catálogo de autoridades da BN, bem como no registro da autora na Plataforma Lattes. Entretanto, em um de seus trabalhos, a autora apresenta a forma mais completa de seu nome, representada no registro de autoridade como uma remissiva *VER* (campo 400). O catalogador optou pela inserção de todas as remissivas possíveis a fim de proporcionar a recuperação das obras da autora citada, independente dos termos utilizados na busca.

O exemplo seguinte foi trabalhado com base no catálogo da WorldCat, visto que o mesmo não possui registro nas bases de pesquisa padrão utilizadas pelo SiBi/UFSC. Esse registro de autoridade é composto por um coorientador da universidade francesa de Grenoble em co-tutela com a UFSC (Quadro 7).

040	\$a BR-FIUSC \$c BR-FIUSC
100 1	\$a Fort, Sébastien
670	\$a Co-orientador de: Preparation of silver nanoparticles stabilized by dextran and oligosaccharides-based amphiphiles for application in catalysis and sensors (tese). 2013. \$b CNRS - Université de Grenoble.
670	\$a CA-WORLDCAT
675	\$a CA-LC

Quadro 7 - Coorientador francês com co-tutela na UFSC.
Fonte: Universidade Federal de Santa Catarina (2013).

Neste caso, o catalogador buscou dados em outras fontes de informação, para que o registro da autoridade fosse criado com mais consistência. Além desses, são inúmeros os exemplos vivenciados diariamente pela equipe do SiBi/UFSC durante as atividades relativas ao controle de autoridades.

O Código de Catalogação Anglo-Americano, ferramenta chave dos catalogadores, reserva um capítulo inteiro para tratar desse tema, auxiliando o trabalho do setor juntamente com o manual elaborado especificamente para este fim. Contudo, as constantes mudanças ocorridas na área biblioteconômica nos últimos tempos, como o surgimento de novos instrumentos de descrição, por exemplo, proporcionam reflexões acerca da atualização dos processos realizados.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tratamento da informação em bibliotecas é composto por diversas atividades, como aquelas voltadas à representação descritiva ou catalogação. Entre elas, esse artigo salientou o controle dos registros de autoridades, trazendo o relato de experiência do SiBi/UFSC que busca a uniformidade e consistência do seu catálogo.

No decorrer de sua história, o SiBi/UFSC passou por períodos de transição como a migração da bases de dados que gerou inconsistências no catálogo de autoridades. Portanto, tornou-se essencial realizar um trabalho de padronização e controle dos registros.

A utilização do manual criado para essa finalidade auxilia diariamente nos processos e percebem-se significativas mudanças no catálogo. Esse controle tem

proporcionado pesquisas com um número reduzido de duplicidades, facilitando a recuperação dos autores inseridos no catálogo. Além disso, problemas relativos a cabeçalhos não autorizados, registros incompletos, erros de digitação e de ortografia vem sendo minimizados constantemente.

Pretende-se expandir essa atividade para os demais registros de autoridades, como eventos, séries, entidades e assuntos. O SiBi/UFSC trabalha com o objetivo de padronizar e uniformizar todos esses catálogos, refletindo diretamente na pesquisa realizada pelos seus usuários.

A partir dos exemplos apresentados e das experiências vivenciadas diariamente, percebe-se algumas questões-chave na padronização das autoridades para nomes pessoais, como por exemplo: o uso das remissivas; a pesquisa em diferentes fontes de informação; a capacitação da equipe de catalogadores e a elaboração de um manual com as decisões e políticas de catalogação adotadas pela biblioteca. A reunião desses procedimentos aliada às discussões, debates, leituras e descobertas sobre o tema, enriquecem o trabalho do controle de autoridades do SiBi/UFSC.

REFERÊNCIAS

ASSUMPÇÃO, F. S.; SANTOS, P. L. V. A. C. A importância do controle de autoridade: uma abordagem baseada nos objetivos e nas funções dos catálogos. In: ENCONTRO NACIONAL DE CATALOGADORES, 1.; ENCONTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM CATALOGAÇÃO, 3., 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2012. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/18843/>>. Acesso em: 01 jul. 2013.

BARBOSA, E. M. de S.; EDUVIRGES, J. R. O formato MARC 21: principais vantagens para bibliotecários, bibliotecas e usuários para a recuperação da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, GESTÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 33., 2010. João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: UFPB, 2010. Disponível em: <<http://dci.ccsa.ufpb.br/enebd/index.php/enebd/article/viewFile/14/18>>. Acesso em: 20 ago. 2013.

CÓDIGO de Catalogação Anglo-Americano. 2. ed. São Paulo: Febab, 2005. v. 2.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Declaração de princípios internacionais de catalogação.** Tradução de Lídia Alvarenga et al. 2009. Disponível em:

<http://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/icp/icp_2009-pt.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2013.

MACHADO LORENZO, N. El control de autoridades geográficas como instrumento para El desarrollo profesional de curadores de mapas en bibliotecas. In: ENCUENTRO INTERNACIONAL, 7., ENCUENTRO NACIONAL DE CATALOGADORES, 2., Buenos Aires, 2011. [**Anais eletrônicos...**]. Disponível em: <<http://www.bn.gov.ar/descargas/catalogadores/encuentro2011/ponencia-24-H-MachadoLorenzo.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2013.

MAIMONE, G. D.; SILVEIRA, N. C.; TÁLAMO, M. de F. G. M. Reflexões acerca das relações entre representação temática e descritiva. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 1, n. , p. 27-35, jan./abr. 2011.

MEY, E. S. A. **Catálogo e descrição bibliográfica**: contribuições a uma teoria. Brasília: Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal, 1987.

_____; SILVEIRA, N. C. **Catálogo no plural**. Brasília: Briquet de Lemos, 2009.

_____. **Introdução à catalogação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1995.

MIRANDA, M. J. et al. Entrada autorizada de los nombres: aportes metodológicos para su construcción. In: ENCUENTRO INTERNACIONAL, 7., ENCUENTRO NACIONAL DE CATALOGADORES, 2., Buenos Aires, 2011. [**Anais eletrônicos...**]. Disponível em: <<http://www.bn.gov.ar/descargas/catalogadores/encuentro2011/ponencia-24-L-Miranda-Garcia-Villafane-Oria-Jaroszczuk-Damus.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2013.

PIÑEIRO MOLINA, M.; MARRERO SERA, E. El control de autoridades en la República Dominicana: la experiencia de la Biblioteca Nacional Pedro Henríquez Ureña. In: ENCUENTRO INTERNACIONAL, 7., ENCUENTRO NACIONAL DE CATALOGADORES, 2., Buenos Aires, 2011. [**Anais eletrônicos...**]. Disponível em: <<http://www.bn.gov.ar/descargas/catalogadores/encuentro2011/ponencia-24-J-MarreroSerra-MolinaPineiro.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2013.

ROCHA, M. M. P. A.; SOUZA, V. C.; OLIVEIRA, J. P. Catalogação centralizada: o caso do sistema de bibliotecas da UFMG no tratamento de registro de autoridade. In: ENCONTRO NACIONAL DE CATALOGADORES, 1., ENCONTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM CATALOGAÇÃO, 3., Rio de Janeiro, 2012. [**Anais eletrônicos...**]. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/109277575/Catalogacao-centralizada-o-caso-do-Sistema-de-Bibliotecas-da-UFMG-no-tratamento-de-registros-de-autoridade>>. Acesso em: 18 ago. 2013.

SANTOS, P. L. V. A. da C.; CORRÊA, R. M. R. **Catálogo**: trajetória para um código internacional. Niterói: Intertexto, 2009.

SERRANO CRUZ, A. El catálogo de autoridades de la Biblioteca Nacional de México. In: ENCUENTRO INTERNACIONAL, 7., ENCUENTRO NACIONAL DE CATALOGADORES, 2., Buenos Aires, 2011. [**Anais eletrônicos...**]. Disponível em:

<<http://www.bn.gov.ar/descargas/catalogadores/encuentro2011/ponencia-24-I-SerranoCruz.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **[Catálogo de autoridades do SIBi/UFSC]**. 2013. Disponível em:

<http://150.162.1.90:8080/pergamumweb/home_geral/index.jsp>. Acesso em: 23 ago. 2013.

ZAVALA BARRIOS, C. M.; EGO-AGUIRRE LÓPEZ-ALBÚJAR, M. C. Normas y procedimientos para la descripción bibliográfica y control de autoridades en la Biblioteca de la Universidad del Pacífico. In: ENCUESTRO INTERNACIONAL, 7., ENCUESTRO NACIONAL DE CATALOGADORES, 2., Buenos Aires, 2011. **[Anais eletrônicos...]**. Disponível em:

<<http://www.bn.gov.ar/descargas/catalogadores/encuentro2011/ponencia-24-K-ZavalaBarrios-EgoAguirre-LopezAlbujar.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2013.